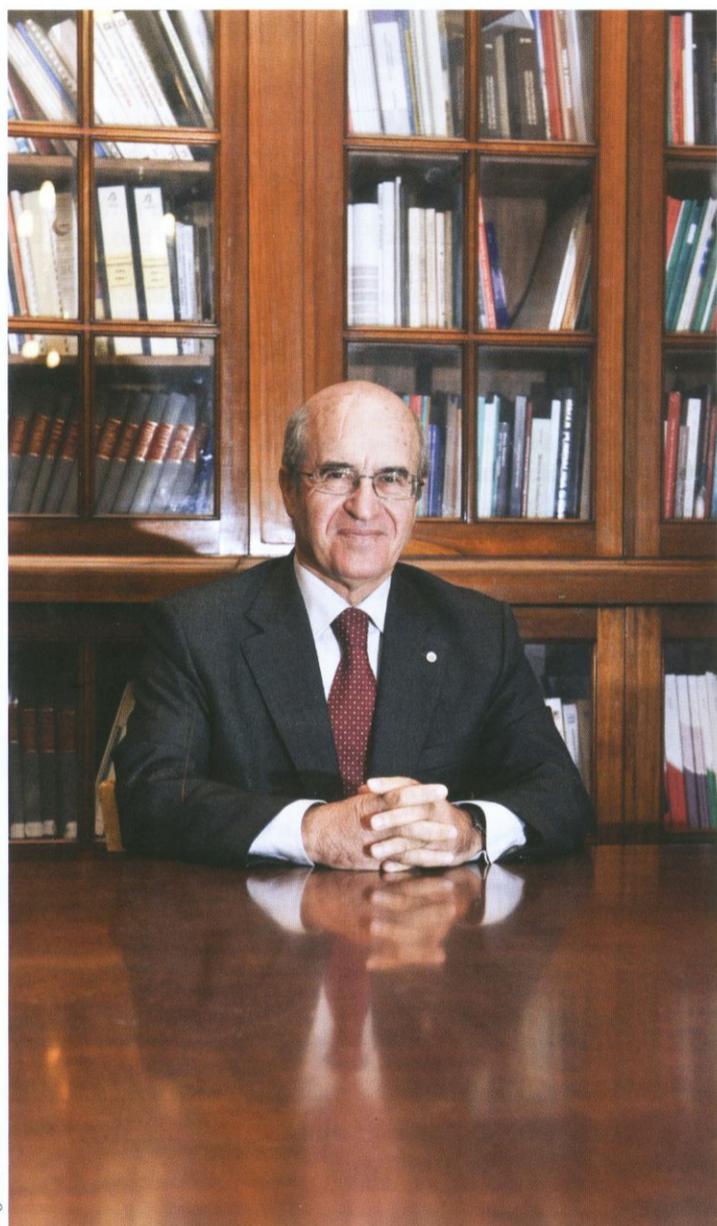


“O Brasil precisa de 100 mil engenheiros por ano”



Carlos Matias Ramos
 bastonário da Ordem
 dos Engenheiros (OE)

“No Brasil existe actualmente um plano avançado de crescimento, o chamado PAC II, que está muito bem estruturado e que é altamente exigente em termos de engenharia, não só em qualidade, como também quantidade”

Os engenheiros portugueses continuam a deparar-se com dificuldades para o reconhecimento das suas qualificações no Brasil, um país que se encontra com um défice de engenheiros. O Construir entrevistou o bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), Carlos Matias Ramos, que explicou a verdadeira dimensão e complexidade deste problema, num país que forma entre 35 mil a 40 mil engenheiros por ano

Pedro Cristino

pcristino@construir.workmedia.pt

Ao Construir, Carlos Matias Ramos confessou-se frustrado pelo facto de as suas diligências, no sentido de agilizar o reconhecimento da qualificação dos engenheiros lusos em terras brasileiras terem sido goradas pela legislação local

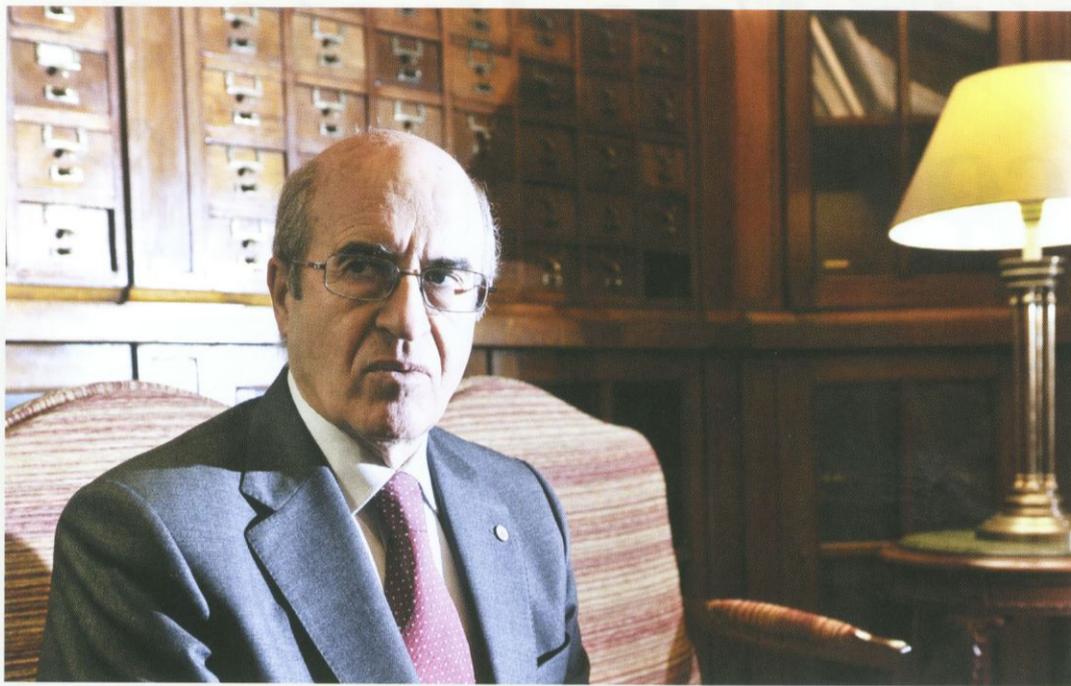
Deslocou-se ao Brasil, há meses, com o objectivo de falar com o responsável do Conselho Federal de Engenharia, Arquitectura e Agronomia (CONFEA), no sentido de agilizar o reconhecimento das qualificações dos engenheiros portugueses no Brasil. Agora, os engenheiros nacionais queixam-se de estarem ser “bloqueados” nesse país. Teme que a sua viagem tenha sido infrutífera?

Temo. Eu fui já duas vezes a convite do próprio CONFEA. Se, da primeira vez, fui extremamente confiante, na certeza de que iria obter resultados palpáveis, na segunda senti alguma frustração. Efectivamente, existe um documento, assinado em 1999 e depois actualizado em 2000, que visa o reconhecimento mútuo dos profissionais de engenharia que garantam a qualidade no exercício da profissão. Era minha convicção de que esse documento era válido e foi sempre esse o comportamento na Ordem - do reconhecimento dos profissionais brasileiros que queriam exercer em Portugal a sua actividade como engenheiros, que foi sempre célere, sem abdicar dos nossos princípios de exigência, de controlo e de rigor. É evidente que, na maior parte das

vezes, os profissionais que vinham para cá trabalhar eram profissionais de grande prestígio e qualidade, integrados em empresas de prestígio e, por isso, não foi difícil reconhecê-los como perfeitamente capazes e adequados às exigências que a OE tem e não abdica. Agora verifico que aquele documento, afinal, não tinha valor, porque as exigências da própria lei brasileira ultrapassam a capacidade daquilo que é a intervenção do CONFEA.

Como se caracteriza o mercado brasileiro na área da engenharia?

No Brasil existe actualmente um plano avançado de crescimento, o chamado PAC II, que está muito bem estruturado e que é altamente exigente em termos de engenharia, não só em qualidade, como também quantidade. Este plano foca áreas tão diversas como infra-estruturas de transportes, infra-estruturas de saneamento básico, em que o país é ainda muito deficitário, e todas as infra-estruturas ligadas ao campeonato do mundo de futebol e aos Jogos Olímpicos de 2016. Tudo isto faz com que o Brasil refira em vários documentos e em várias afirmações de políticos, que precisará de cerca de 100 mil engenheiros por ano. Eu sei que as universidades brasileiras têm uma capacidade para formar anualmente entre 35 mil a 40 mil engenheiros. Há um défice que é facilmente identificável. Portanto, estavam criadas as condições necessárias e suficientes para a engenharia portuguesa, que precisa de se internacionalizar, face ao défice local da sua utilização. Por



Hugo Gamboa

outro lado, o Brasil, como um país a que chamamos de “País irmão” poderia ser um receptor da engenharia portuguesa, sendo também um grande beneficiário disso.

O que sucede então?

Eu senti grandes dificuldades no Brasil e ainda não consegui compreendê-las. Custa-me a perceber as dificuldades que estão a ser levantadas por uma legislação que obriga a que qualquer profissional, neste caso de engenharia, que queira exercer a sua actividade no Brasil, submeta o seu diploma a reconhecimento por uma universidade brasileira. Até aqui, tudo bem, isso não está em causa. Na década de 60 e princípios da década de 70, houve muitos profissionais de engenharia brasileiros que vieram para Portugal para obterem a sua formação e, assim, atingirem o grau de professor, com base na preparação académica e profissional que lhes era induzida. Custa-me agora que universidades [brasileiras] que reconheço pela sua competência, estejam a enveredar por caminhos que, no meu entender, não são os mais correctos. Há casos, como o que posso relatar, de uma das mais prestigiadas universidades do Brasil, que, perante um pedido de reconhecimento de diploma, feito há mais de um ano, faz uma avaliação – como se isso fosse adequado – do mesmo diploma e das disciplinas que determinado engenheiro fez, neste caso específico, no Técnico, em 1989 e, passados 21 anos, exigem que ele tenha o conhecimento de um aluno saído recentemente da universidade. Quando avançamos no co-

nhecimento, este estreita-se mais, porque a especialização é uma necessidade e um imperativo. Portanto, os profissionais que exercem a sua profissão há mais de 20 anos, não podem ser confrontados com disciplinas com as quais não trabalham. Se precisarem de as trabalhar, com certeza que, do ponto de vista deontológico, não vão realizar um acto de engenharia sem o conhecimento suficiente que lhe está associado. No caso presente, o engenheiro formado no Técnico há 22 anos, foi confrontado com uma decisão de um júri constituído por profissionais de hidráulica e saneamento básico, de transportes, de estruturas e de geotecnia, que lhe exigiu três disciplinas, nomeadamente, em transportes. Se fosse fazer exame a estes professores, no qual incluísse disciplinas que eles não ministram, gostaria de ver o seu comportamento perante isto. Assim, não entendo e isto magoou-me, porque não configura uma avaliação que era expectável que fizesse, com seriedade. Comportarem-se com profissionais oriundos de escolas de

referência em Portugal como se fossem recém-formados é, no meu entender, um acto pouco consentâneo com aquilo que eu estava à espera. Por isso, quando fiz esta segunda visita, senti que estava perante amarras, que não tinham nada a ver com aquilo que eu defendo – e que é o rigor, a exigência, o conhecimento para exercício dos actos de engenharia. Se, por parte do país receptor, essa avaliação fosse feita com critério e exigência, tudo bem. Mas não. Na forma que esta modalidade é praticada, poderá ser vista como um visto, uma alfândega, numa área em que a engenharia não tem fronteiras.

Mas aparentemente, essas fronteiras existem...

As fronteiras entre Portugal e o Brasil, na engenharia, não existem. Podem existir outro tipo de fronteiras, mas em conhecimento não existem. Temos uma grande afinidade com estes organismos [do CONFEA], trocamos conhecimento com facilidade e, portanto, da nossa parte, houve sempre um grande interesse na existência de um reconhe-

“Custa-me agora que universidades [brasileiras] que reconheço pela sua competência, estejam a enveredar por caminhos que, no meu entender, não são os mais correctos”

cimento mútuo. Quando algum profissional brasileiro se candidata à Ordem tem exactamente o mesmo tratamento que tem qualquer candidato nacional. Não distinguimos nem diferenciamos e, portanto, esse princípio do reconhecimento mútuo, baseado nestes critérios que identifiquei, é um pressuposto que, tanto eu, como o presidente do CONFEA, estamos a defender. Perante estas dificuldades da legislação brasileira, senti que a minha liberdade estava “agrilhada” e, então, tomei iniciativas de natureza que ultrapassam aquilo que eu esperava que pudesse acontecer. Com o sentimento de que não tinha força, enquanto bastonário da OE, para resolver o problema, transformei-o num problema político. Tentei mobilizar todas as entidades que, de qualquer forma, têm responsabilidades políticas nesta matéria, como o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), o Instituto Camões, as secretarias de Estado das Obras Públicas e do Ensino Superior, o ministro dos Negócios Estrangeiros, o primeiro ministro e, por último, o embaixador do Brasil em Portugal. Falei pessoalmente com o embaixador, e aos restantes, enviei memorandos, traduzindo esta situação que eu não conseguia resolver.

E são colocadas mais dificuldades?

Sim. Há universidades que dizem que só reconhecem o diploma em Abril, ou seja, um indivíduo que apresente a sua candidatura em Maio, só no ano seguinte é que poderá, sequer, iniciar um processo que, em alguns casos, demora mais de um ano a obter resposta. Há outros que nem têm resposta. Por tudo isso, só uma intervenção política poderá por alguma uniformidade nas abordagens a este país receptor que, repito, é carente em engenharia. Não estamos a fazer pressão para nada. Estamos apenas a aproveitar uma situação em que o país receptor – o Brasil – tem um desenvolvimento muito grande – nos últimos três anos, o crescimento na área de serviços de engenharia foi de 11%. Quando a engenharia portuguesa foi confrontada com necessidades que lhe são determinadas pela política, soube sempre responder “presente e com qualidade” e, portanto, é esta qualidade que queremos exportar e que seja um factor de dinamismo da economia do Brasil e não uma esmola que é dada aos nossos colegas que, por razões que todos conhecemos, têm alguma dificuldade na aplicação dos seus conhecimentos no nosso país. ■